



**Núcleo de Assuntos
Econômico-Fiscais**

José Fernando Cosentino Tavares
Flávio Leitão Tavares
Márcia Rodrigues Moura

Nota Técnica 9/2012
(15 de Março)

**CUMPRIMENTO DE METAS
EM 2011**

**DESEMPENHO DE RECEITAS
E DESPESAS DA UNIÃO**

RESULTADOS FISCAIS

ÍNDICE

<u>I – PRINCIPAIS CONCLUSÕES</u>	2
<u>II – O RELATÓRIO DO CUMPRIMENTO DE METAS</u>	9
<u>III – EVOLUÇÃO DAS METAS DA UNIÃO</u>	10
<u>IV – EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EM MERCADO</u>	11
<u>V – MAIS SOBRE DESPESAS</u>	12
<u>TABELAS</u>	13

Endereço internet: <http://intranet2.camara.gov.br/internet/conheca/estruturaadm/conof>
E-mail: conof@camara.gov

Todos os direitos reservados. Este trabalho poderá ser reproduzido ou transmitido na íntegra, desde que citados os autores e a Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados. São vedadas a venda, a reprodução parcial e a tradução, sem autorização prévia por escrito da Câmara dos Deputados. Este trabalho é de inteira responsabilidade de seus autores, não representando necessariamente a opinião da Câmara dos Deputados.

I – PRINCIPAIS CONCLUSÕES

1. Cumprimento da meta primária consolidada e as finanças públicas

Depois do desempenho claudicante em 2009 e 2010, o setor público teve superávit de 3,1% do Produto Interno Bruto em 2011,¹ atendendo-se o previsto no projeto de LDO encaminhado ao Congresso (ver tabelas).

2. Em reais, a meta primária consolidada foi ultrapassada em R\$ 820 milhões.

3. As despesas com juros nominais, em queda até 2010, voltaram a aumentar em 2011 em proporção do PIB, com a subida da Selic na primeira metade do ano. O déficit nominal mostra também tendência de alta, depois de um mínimo histórico de 2% do PIB em 2008.

4. O comportamento da dívida tem sido muito bom. O recuo da dívida líquida do setor público, de 2 p.p. do PIB em relação a 2008, equivaleu ao aumento do saldo credor externo. Com o crescimento continuado das reservas internacionais e o dólar cotado a R\$1,88 em dezembro de 2011, caiu a recordes 36,4% do PIB. A dívida interna líquida retornou, em 2011, ao patamar de 2008, em 49,5% do PIB, com a parcela a cargo da União aumentada. A posição dos governos regionais tem melhorado persistentemente, mesmo que a variação do IGP-di, indexador dos contratos de refinanciamento, tenha evoluído bem acima dos demais índices de preços em 2010-2011 (cerca de 17%, contra menos de 13% do IPCA), e a despeito das autorizações para novos endividamentos dos estados no âmbito dos programas de ajuste negociados com o Tesouro na última década do século passado.

5. Com a crise, a dívida bruta tinha avançado de 57,4% do PIB em 2008, para 62% do PIB em 2009, mas recuou a 54,2% do PIB em 2011. A queda do volume de operações compromissadas do Banco Central contribuiu com 6 p.p do PIB para o recuo de 2009 para 2011.

6. **Melhoria do resultado primário dos orçamentos fiscal e da seguridade e o aumento da arrecadação federal** O saldo primário consolidado em 2011 se deu graças ao esforço da União, incluindo a redução expressiva do déficit do INSS, que vem caindo desde 2009. Em reais, o resultado da União superou em R\$ 1,85 bilhão a meta.

7. Os orçamentos fiscal e da seguridade registraram superávit primário de 2,25% do PIB em 2011, em comparação com 1,23% do PIB (sem o saldo das operações com a Petrobras²) no exercício anterior. O resultado dos governos regionais foi inferior ao programado.

¹ Compare-se com saldo médio positivo de 3,45% do PIB no período 2003-2008, conforme cálculos do Banco Central.

² As comparações com 2010 expurgam da receita e da despesa as operações entre o Tesouro e a Petrobras (venda antecipada de barris de petróleo e capitalização da estatal).

8. A melhoria do resultado da União deveu-se exclusivamente ao excepcional aumento da receita (líquida de transferências a estados e municípios) em mais de 1 p.p., para 20% do PIB em 2011. A receita previdenciária foi a mais de 5,9% do PIB.

9. **Esforço fiscal** Novidade introduzida pelo governo nessa área foi dar destaque ao “esforço fiscal”, corte de despesas de todas as naturezas, e não apenas o contingenciamento de despesas discricionárias, o que tem a ver com a nova combinação de políticas fiscal e monetária que se pretendeu introduzir em 2011 para lidar com inflação e crescimento.

10. Esse esforço, inicialmente de R\$ 50,1 bilhões em 2011, correspondente à soma da frustração de receitas líquidas prevista na ocasião (R\$ 18,1 bilhões) com a parcela do PAC que na lei orçamentária tinha sido possível abater da meta primária (R\$ 32 bilhões), consistiu da estimativa de economia de R\$ 15,8 bilhões de despesas obrigatórias e do contingenciamento de R\$ 36,2 bilhões decretado em fevereiro, reforçado por veto de emendas parlamentares de pouco mais de R\$ 1,6 bilhão e parcialmente compensado pela inclusão na programação de créditos extraordinários, de R\$ 3,5 bilhões.

11. O cálculo do esforço fiscal em relação ao autógrafo do projeto de lei orçamentária, ou mesmo à lei, perde significado durante a execução do orçamento porque: (a) o valor de despesas autorizadas cresce durante a execução orçamentária; e (b) ocorrendo descontingenciamento, ficaria a impressão de que o esforço foi relaxado, ao não se levar em conta como se comportaram receitas e a meta primária.

12. Em 2011 o “esforço fiscal” caiu para R\$ 20,3 bilhões na 5^a avaliação, com o descontingenciamento, e acabou sendo de R\$ 39,3 bilhões, levando-se em conta o realizado.

13. **Receitas e carga tributária** A receita total dos orçamentos realizada em 2011 foi praticamente aquela que o Congresso estimou. O resultado de R\$ 991 bilhões foi menos de R\$ 600 milhões acima do previsto na lei. Receitas líquidas de transferências a estados e municípios, por sua vez, de R\$ 828 bilhões, superaram a estimativa da lei em R\$ 2,9 bilhões.

14. A comparação com o realizado em 2011 mostra que o total da receita ficou R\$ 19,7 bilhões acima do que o Executivo estimou no decreto de programação (R\$ 971,4 bilhões), e R\$ 20,9 bilhões liquidamente (R\$ 807,1 bilhões).

15. Por outro lado, tomando como referência a última avaliação do exercício (5^a), a frustração foi de, respectivamente, R\$ 21,4 bilhões e R\$ 18,9 bilhões. Entre a 1^a e a 5^a avaliação, as estimativas do Executivo aumentaram em R\$ 42,3 bilhões, para o total das receitas, e em R\$ 40,4 bilhões, para as receitas líquidas.³

16. A carga tributária voltou a crescer rapidamente em 2011. No plano federal, em relação ao recorde alcançado em 2008, houve acréscimo de receitas de 0,3 ponto

³ Ver, a propósito da evolução de receitas e despesas nas sucessivas avaliações de 2011, a Nota Técnica 22/2011 em <http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/orcamento-brasil/orcamento-uniao/estudos/2011/nt22.pdf>.

de percentagem do PIB, para 23,9% do PIB, que se explica pela evolução da arrecadação administrada pela RFB (com o INSS). Comparando-se com os dados de 2010, o crescimento da receita foi de quase 1,5% do PIB.

17. Superestimativa de receitas e acúmulo de restos a pagar Essas comparações sugerem que o contingenciamento não teria sido necessário para que a meta nominal fosse alcançada em 2011, e que a 5^a avaliação, prevendo receitas em volume que não iria se realizar – esperava-se a desaceleração da economia e da arrecadação administrada pela RFB no último bimestre –, distorceu a execução, abriu espaço para empenho e propiciou o aumento dos restos a pagar inscritos.

18. Em relação à 4^a avaliação, a 5^a previu aumento de receitas líquidas de R\$ 15,2 bilhões. Em decorrência da 5^a avaliação, foi editado o Decreto 7.622, de 23/11, ampliando em R\$ 12 bilhões os limites para empenho de despesas do Executivo.

19. Apesar disso, não descontar o PAC da meta fiscal tornou relativamente pequeno o espaço para empenho de dotações primárias, disputado ao fim do exercício por emendas parlamentares e por projetos prioritários do Executivo, do que resultou uma queda nominal, de 2011 para 2012, do estoque de restos a pagar de investimentos e inversões financeiras inscritos no início deste ano.

20. Comportamento das despesas primárias Para julgar se despesas de governo foram contidas pelo “esforço fiscal”, as comparamos com a execução de exercícios anteriores. Foram despendidos mais R\$ 68,5 bilhões em 2011 que em 2010 e, em relação ao PIB, a mesma proporção (17,7%) nos dois anos.

21. Despesas obrigatórias Na 1^a avaliação bimestral de 2011, o prognóstico era de corte de R\$ 15,8 bilhões em despesas obrigatórias, que se justificaria em parte por iniciativas para conter o vazamento dos recursos, mas realizou-se apenas parte, de R\$ 3,6 bilhões. A execução das despesas obrigatórias no exercício foi garantida por maior receita. As despesas obrigatórias terminaram em R\$ 557,8 bilhões, superando o executado em 2010 por R\$ 54,1 bilhões.

22. O descumprimento do objetivo de corte se deveu quase que integralmente ao comportamento das despesas com benefícios previdenciários e assistenciais: não apenas frustrou-se a economia esperada, de R\$ 5 bilhões, como elas acabaram superando em R\$ 6,8 bilhões o constante da lei.

23. As demais despesas obrigatórias contribuíram ao final do exercício com economia de R\$ 10,4 bilhões, próximo dos R\$ 10,8 bilhões inicialmente esperados.

24. Benefícios previdenciários Da reprogramação inicial (Decreto 7.445/11) até a 3^a avaliação bimestral de 2011, o prognóstico foi de corte de R\$ 2 bilhões nas despesas com benefícios previdenciários previstas na lei. Esse montante era equivalente à reserva que o Congresso aportou ao orçamento para fazer face a possíveis demandas judiciais de beneficiários da decisão do STF quanto à aplicação do teto do RGPS instituído pelas Emendas Constitucionais nºs 20/98 e 41/03. O Executivo alegou não haver estimativa segura do quanto poderiam custar.

25. A previsão dessas despesas subiu na 4^a e na 5^a avaliação, chegando a R\$ 283,4 bilhões. Acabaram ficando em R\$ 281,4 bilhões. Não apenas frustrou-se a economia esperada, como despendeu mais R\$ 3 bilhões que o constante da lei a esse título. Somente em setembro o Executivo admitiu que tais despesas cresceram mais rapidamente que o previsto, promoveu a correção e acabou vindo a superestimá-las.

26. **Benefícios assistenciais** Até a 3^a avaliação bimestral de 2011, o prognóstico foi de corte de R\$ 3 bilhões nas despesas com abono salarial, seguro desemprego, LOAS e um resquício de renda mensal vitalícia. Essa redução decorreria de dois fatores principais: reavaliação da situação do mercado de trabalho, reduzindo assim o número de trabalhadores em busca do seguro desemprego em 2011; e maior controle e combate a desvios na concessão desses benefícios e do abono salarial.

27. Essas despesas evoluíram na direção contrária ao pretendido.⁴ Ficaram em R\$ 59,1 bilhões, R\$ 1,7 bilhão menos que o previsto na última avaliação bimestral e R\$ 8,5 bilhões além do consignado na lei orçamentária. O grande desvio ocorreu no seguro desemprego.

28. **Pessoal** Despesas com pessoal foram reduzidas em relação à lei orçamentária em R\$ 3,5 bilhões, desde o Decreto 7.445/11, até a 3^a avaliação, e chegaram na 5^a avaliação com corte de R\$ 3,9 bilhões. A economia acabou sendo de R\$ 1,6 bilhão em relação aos R\$ 183 bilhões previstos no orçamento.

29. Parte da redução inicial da previsão correspondeu às reservas para criação de cargos que foram incluídas pelo Congresso no autógrafo. A economia com pessoal teria sido calculada na reprogramação com base na folha de pagamentos de janeiro e se justificou com a adoção de medidas de auditoria e controle, o adiamento de novos concursos e de novas admissões, e a suspensão de novas autorizações para programas de desligamento voluntário.

30. **Subsídios e subvenções** Em 2011 anunciou-se, pela primeira vez em primeiro decreto, corte de R\$ 8,9 bilhões, que foi praticamente cumprido.⁵ Dos R\$ 15,3 bilhões constantes do orçamento a título de subsídios e subvenções, pagaram-se apenas R\$ 6,7 bilhões. A diminuição acentuada dessas despesas, que em sua maior parte transitam hoje pelo orçamento, foi justificada, passados dois anos de crise, pela menor necessidade de se dar sustentação à atividade produtiva e pela intenção do governo de promover em 2011 a revisão da política de subvenções. Não se teve notícia dessa revisão.

⁴ O Executivo já avaliou em relatório, no passado, que a formalização do mercado de trabalho brasileiro elevava o número de contribuintes para previdência, mas ao mesmo tempo ampliava o número de candidatos ao seguro desemprego.

⁵ Em anos anteriores, as despesas obrigatórias eram aumentadas no decreto inaugural para justificar maior contingenciamento.

31. Esta foi a terceira vez, na programação, em que houve redução volumosa de despesas com subsídios e subvenções em relação à lei, contribuindo para menor contingenciamento ou melhor resultado primário.⁶

32. **Despesas extra-orçamentárias** Continuaram ocupando o espaço do orçamento despesas que, segundo o entendimento do Executivo, não transitam pelo orçamento nem exigem autorização legislativa.⁷ Mesmo extra-orçamentárias, deveriam ter sido indicadas na proposta. Foi incluído no Decreto 7.445/11, subsídio a investimentos no âmbito de ADA e ADENE, de R\$ 1,5 bilhão, reduzido para R\$ 1,1 bilhão na 5^a avaliação, do qual cerca de R\$ 900 milhões se realizaram.

33. **Despesas discricionárias. Custeio e investimento** As despesas discricionárias do Executivo em 2011 tiveram pequena queda, de 0,05% p.p., em relação ao PIB. Houve aumento do custeio, no primeiro ano de execução de despesas expressivas com subsídios do programa Minha casa, minha vida, que também propiciaram o crescimento das despesas no âmbito do PAC. Também subiram as despesas com o programa Bolsa família. As despesas de investimento caíram mesmo em reais, depois de aumentos crescentes em 2009 e 2010. A queda também ocorreu em 2011 com os investimentos do PAC, que em relação ao PIB ficaram abaixo do valor pago em 2009.

34. **Contingenciamento** O contingenciamento remanescente com a 5^a Avaliação, de R\$ 24,2 bilhões no Executivo, ficou um pouco acima do valor das emendas que constam na lei orçamentária depois dos vetos, de R\$ 21 bilhões.⁸

35. Houve contingenciamento a despeito de a receita líquida da União ter ficado acima da estimativa de lei orçamentária em R\$ 21,7 bilhões naquela avaliação. Isso se justificaria, em grandes números, pelo aumento da meta primária (R\$ 10 bilhões), pela decisão de prever o cumprimento da meta cheia nos decretos de programação, ao contrário da apresentação da proposta orçamentária (R\$ 32 bilhões), além da inclusão *a posteriori* de créditos extraordinários (R\$ 5,3 bilhões) na programação.

36. **Rigor das avaliações** Ao tratarem da execução orçamentária e do cumprimento de metas, a LRF (principalmente arts. 8º e 9º) e as LDO parecem ter pretendido comprometer o Executivo com as avaliações bimestrais de receitas e despesas que refletem *pari passu* o comportamento das finanças públicas, reconheçam prontamente os desvios, deem transparência a reestimativas e ensejem a correção de rumos. As avaliações em 2011 não corresponderam plenamente a essa expectativa.

37. O Executivo conseguiu, até a 3^a avaliação bimestral, manter intacto o montante do contingenciamento de suas despesas discricionárias, compensando na

⁶ Em 2009, a redução da despesa com subsídios e subvenções, gradual durante o exercício, se justificou pela revisão do cronograma de pagamentos e pelo reembolso líquido de empréstimos do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) – R\$ 4,2 bilhões em 2009.

⁷ Passaram a constar do demonstrativo das necessidades de financiamento em 2012.

⁸ Ver <http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/orcamento-brasil/orcamento-uniao/estudos/2011/nt06.pdf>, Nota Técnica 6/2011. Valor das emendas seria a soma dos acréscimos em despesas discricionárias em subtítulos que variaram positivamente na lei após vetos, em relação à proposta.

ocasião a previsão de aumento de receitas líquidas para todo o exercício com reestimativa positiva de despesas obrigatórias, previsão de execução adicional de créditos extraordinários e a alocação do restante em despesas vinculadas a recursos de doações e convênios e em créditos adicionais dos demais poderes. Na 4^a avaliação, para anular todo o ganho de receita líquida em relação à avaliação anterior (de R\$ 21,2 bilhões) e não promover o descontingenciamento, foi previsto novo aumento das despesas obrigatórias e decidida a ampliação da meta primária da União.

38. Já na 5^a avaliação bimestral, quando diversos indicadores apontavam para uma reestimativa negativa das receitas no exercício, veio novo aumento. Isso coincidiu com um conjunto de hipóteses excessivamente otimistas para o comportamento da economia feitas pelo Executivo, como houve ainda a previsão de ingressos extraordinários desprovida de fundamento.

39. Caso marcante em 2011 foi o fato já citado de o Executivo ter demorado a admitir que despesas com benefícios previdenciários cresciam mais rapidamente que o previsto, para em seguida tê-las superestimado nas 4^a e 5^a avaliação.

40. **Parâmetros** A lei orçamentária de 2011 foi baseada em crescimento do PIB de 5,5%, e o primeiro decreto de programação, de 5%. O IBGE, em sua recente primeira estimativa para 2011, apurou 2,73%. Em fim do exercício, já perante constatações decepcionantes relativas ao ritmo de crescimento em trimestres e meses anteriores, a 5^a avaliação ainda incorporava o otimismo do Executivo, prognosticando 3,8% para o PIB.

41. Igualmente, as projeções da evolução dos preços diferiram muito do observado no ano. O IPCA, indicador oficial da inflação, foi estimado no orçamento em 4,5%, centro, e o observado foi de 6,5%, no teto da meta contratada com o Banco Central. Aplicam-se os mesmos comentários relativos à relutância do Executivo em admitir com mais presteza o evidente comportamento mais acelerado dos preços.

42. O preço médio de petróleo do tipo Brent ficou pouco mais de 30% acima do previsto na lei orçamentária. No caso da massa salarial, a diferença entre a previsão inicial de crescimento e o realizado foi de mais de 60%. Pode-se presumir que o Executivo tenha procurado subestimar a variação dessa última, com o fito de evitar demandas por maiores gastos na área previdenciária.

43. As taxas Selic, média e de fim de período, das previsões iniciais do orçamento e observadas divergiram em pouco menos de 1 p.p. Os aumentos da taxa básica foram a resposta da política monetária à inflação mais elevada.

44. O real se apreciou mais que o esperado durante 2011, tendo ficado todas as projeções da cotação média do dólar abaixo do que constou do orçamento. O valor observado para o fim de período, no entanto, superou qualquer previsão, por ter



refletido preocupação exacerbada em dezembro com a crise externa e informações quanto ao melhor desempenho da economia norte-americana.⁹

45. Outros parâmetros específicos afetam a arrecadação. Dentre eles, a variação do volume de importações: a previsão inicial, de 3,55%, revelou-se irrisória em face do apurado, 21,54%.

⁹ No início de 2012 a taxa cambial voltou a cair. Foi cerca de R\$ 1,75 por US\$ 1,00 na média de janeiro e fevereiro de 2012.

II – O RELATÓRIO DO CUMPRIMENTO DE METAS

46. Para atender o art. 9º da LRF (§ 4º) e o art. 126 da LDO de 2011¹⁰, o Executivo enviou ao Congresso Nacional relatório de cumprimento da meta de superávit primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social e do programa de dispêndios globais (PDG) das empresas estatais federais do exercício passado (“Relatório”).

47. A lei orçamentária de 2011 foi sancionada em 26/1/11, e o Decreto 7.445 foi baixado em 1º de março. Seguiram-se 5 alterações; a última, o Decreto 7.622, de 23/11. O comparativo entre metas e o efetivamente realizado foi elaborado pelo Tesouro Nacional tendo em conta o realizado e esse decreto, editado quando grande parte do exercício já tinha decorrido.

48. No caso das receitas administradas pela RFB, por exemplo (pg. 17 do Relatório), transforma-se assim o desvio, de excesso de arrecadação de R\$ 9 bilhões em relação ao Decreto 7.445, para frustração de R\$ 9,7 bilhões. Noutra hipótese, passado o relatório do cumprimento de metas relativo ao 2º quadrimestre, a referência seria à 4ª avaliação, e a frustração, de R\$ 8,9 bilhões.

49. Boa parte do Relatório de cumprimento de metas foi consumida com a descrição de como evoluíram as hipóteses do Executivo de comportamento das variáveis macroeconômicas, sem que em muitos casos elas tenham sido determinantes para as estimativas apresentadas e suas revisões. As hipóteses do Executivo foram sempre mais otimistas que as expectativas dos analistas do mercado financeiro, ouvidos pelo Banco Central, do próprio Banco Central, em relatórios de inflação e atas do Copom, e mesmo de órgãos de pesquisa do governo federal.¹¹

¹⁰ Lei 12.209/10, de 9 de agosto. Art. 126, *caput*: “Para fins de realização da audiência pública prevista no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, até 3 (três) dias antes da audiência ou até o último dia dos meses de maio, setembro e fevereiro, o que ocorrer primeiro, relatórios de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário, com as justificativas de eventuais desvios e indicação das medidas corretivas adotadas.”

¹¹ “As previsões dos principais parâmetros (crescimento e variação dos principais índices de preços) pelo Executivo demoram, tomando-se o consenso Focus como referência, a se ajustar à evolução das estatísticas correspondentes. Em relação à taxa de crescimento, são sempre mais elevadas do que o mercado acredita; em relação ao IPCA e ao INPC, dá-se o inverso. Trata-se, presumivelmente, de recurso para fomentar expectativas positivas quanto ao acerto de políticas macroeconômicas. Essa postura compromete o rigor das avaliações orçamentárias e diminuem seu valor para efeito do acompanhamento da execução.” Ver em <http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/orcamento-brasil/orcamento-união/estudos/2011/nt22.pdf> Nota Técnica 22/2011.

III – EVOLUÇÃO DAS METAS DA UNIÃO

50. As metas desde 1999 (desde 2000 na LDO) eram estabelecidas em percentagem do PIB estimado para o exercício. Em 2011, a meta de superávit primário foi pela primeira vez fixada na LDO em valores nominais.

51. Tabela em anexo mostra como evoluíram, desde 2009 até à 5^a avaliação orçamentária de 2011, os resultados e as metas para o setor público e para seus componentes para o exercício.

52. O Ministério da Fazenda anunciou dois dias antes do encaminhamento da proposta orçamentária de 2012 e véspera da 161^a reunião do Comitê de Política Monetária, em agosto, a elevação, da meta do superávit primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social em R\$ 10 bilhões em 2011, para R\$ 127,89 bilhões (4^a avaliação). O acréscimo nunca foi incorporado à LDO, dando a entender que tais alterações podem ser feitas sem autorização legal.¹² Ao subtrair ao Congresso a decisão sobre o reajuste nominal da meta, foi dada nova destinação para os recursos, em detrimento da programação e das prioridades estipuladas no orçamento.

53. De outro lado, esse aumento da meta resultou no restabelecimento da meta consolidada a aproximadamente o mesmo percentual estipulado originalmente na LDO, acompanhando a reestimativa do PIB.

54. O esforço adicional incidindo na meta da União fez com que alcançasse 2,26% do PIB, e que compensasse o desempenho insuficiente dos governos regionais. Essa iniciativa e os termos do Relatório confirmam entendimento de que o governo federal é o responsável, em última instância, pela meta definida na LDO. As estatais federais deram contribuição positiva, em lugar de nula, como previsto.

55. As metas quadrimestrais são, por sua vez, estabelecidas no decreto de programação financeira, a ser editado em até 30 dias após a sanção da lei orçamentária, e em suas alterações.

¹² Nesse sentido, relata o Sumário Executivo (10): “Como consequência das novas previsões, configurou-se a possibilidade do aumento nos limites de empenho e movimentação financeira no montante de R\$ 10,2 bilhões. Nesse cenário, o Poder Executivo **decidiu** por utilizar parte desse valor (R\$ 10,0 bilhões) para elevar o esforço de superávit primário de R\$ 81,8 bilhões para R\$ 91,8 bilhões.”

IV – EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EM MERCADO

56. A LDO, § 1º, II, do art. 126, prevê que o relatório de avaliação do cumprimento da meta de superávit primário traga dados sobre a evolução da dívida pública federal.

57. A dívida pública federal (DPF) de responsabilidade do Tesouro Nacional em mercado passou de R\$ 1.711,9 bilhões para R\$ 1.885,9 bilhões, entre dezembro de 2010 e de 2011 (não houve alteração significativa entre os dois anos em proporção do PIB), registrando aumento de 10,2% do estoque inicial. A variação da DPF decorreu principalmente da apropriação de juros, incluindo variação cambial relativamente à porção externa da dívida, haja vista que houve resgate líquido em excesso às emissões.

58. A dívida mobiliária federal interna (DPMFi) cresceu R\$ 180,7 bilhões, de R\$ 1.620,4 bilhões para R\$ 1.801,1 bilhões. O aumento da DPMFi decorreu principalmente da apropriação de R\$ 197,8 bilhões de juros, porquanto houve resgate líquido de R\$ 17,0 bilhões. Os resgates da DPMFi foram de R\$ 448,6 bilhões e as emissões, incluindo colocações diretas, de R\$ 431,6.¹³

59. A dívida pública externa (DPFe) reduziu-se de R\$ 91,6 bilhões para R\$ 84,9 bilhões, não obstante a variação positiva da cotação do dólar norte-americano. A redução, de R\$ 6,7 bilhões, deveu-se aos resgates líquidos, mais que compensando a apropriação de juros. A participação da DPFe, que era de 5,4% no final de 2010, reduziu-se para 4,5% em dezembro de 2011.

60. Os resultados da execução do PAF ao final de 2011 se traduzem nos limites inferiores e superiores apresentados na tabela.¹⁴ Observa-se que todos os indicadores de composição da dívida se enquadram nos intervalos previstos. Embora pequena, alcançou-se redução na participação dos títulos remunerados à taxa flutuante¹⁵, enquanto que as dos prefixados e vinculados a preços aumentaram, atendendo a diretriz traçada.

61. Com relação ao alongamento do perfil da dívida, os resultados são positivos, porém também modestos - o prazo médio aumentou 1,2 mês e o percentual vincendo em 12 meses diminuiu 2,0 p.p..

¹³ Do total das emissões diretas, R\$ 50,2 bilhões foram em favor do BNDES.

¹⁴ No tocante à gestão da DPF, o Plano Anual de Financiamento - PAF 2011 informa que o objetivo consistia em “suprir de forma eficiente as necessidades de financiamento do governo federal, ao menor custo de financiamento”. Planejava-se, para tanto, o aumento do prazo médio do estoque; a suavização da estrutura de vencimentos, com atenção para a dívida de curto prazo; a substituição gradual dos títulos remunerados pela Selic por títulos com rentabilidade prefixada ou vinculada a índices de preços; o aperfeiçoamento do perfil do passivo externo, por meio de emissões de títulos com prazos de referência (*benchmarks*), programa de resgate antecipado e operações estruturadas; o desenvolvimento da estrutura a termo de taxas de juros nos mercados interno e externo; o aumento da liquidez dos títulos públicos federais no mercado secundário; e a ampliação da base de investidores. Esses objetivos e diretrizes têm sido constantes nos planos de financiamento.

¹⁵ A expectativa de queda da taxa Selic e a decisão de obrigar fundos públicos a venderem papéis por ela remunerados deverá resultar em redução mais acentuada do percentual dos títulos pós-fixados na DPF em 2012.

V – MAIS SOBRE DESPESAS

62. Embora no total as despesas primárias dos orçamentos fiscal e da seguridade tenham ficado praticamente constantes em proporção do PIB, um leve recuo das despesas ditas discricionárias (nos termos da programação orçamentária e financeira) compensou avanço também pequeno em despesas obrigatórias.

63. Se o pagamento de subsídios do programa Minha casa, minha vida não tivesse tido aumento de 0,15 p.p. do PIB, despesas de custeio do Executivo teriam diminuído como um todo. O programa Bolsa família, estagnado de 2008 a 2010, também cresceu expressivamente em termos relativos em 2011. Despesas com ações e serviços de saúde não recuaram do patamar alcançado em 2010. Outros itens de custeio que não os destacados na tabela foram contidos em relação a 2010.

64. Itens das despesas obrigatórias evoluíram em sentidos divergentes: (a) apesar de o salário mínimo não ter tido aumento real, (e o deflator do PIB de 2011 sido praticamente igual ao reajuste do piso previdenciário) – , as despesas que lhe são vinculadas chegaram a subir em relação ao PIB; (b) a queda relativa de despesas de pessoal compensou o aumento das despesas do grupo anterior; (c) um rol variado de outras despesas obrigatórias aumentou como um todo.

65. As despesas de investimento caíram até nominalmente, depois de altas crescentes em 2009 e 2010. Os investimentos do PAC também perderam terreno em 2011, ficando em relação ao PIB abaixo do pago em 2009. A comparação com o orçamento sancionado mostra que a previsão de despesas com investimentos do Executivo era de R\$ 68 bilhões, dos quais só se pagaram R\$ 42,9 bilhões, incluindo restos a pagar de exercícios anteriores, e com investimentos do PAC, R\$ 26,7 bilhões, tendo sido pagos 75%.



TABELAS

NECESSIDADES DE FINANCIAMENTO DO SETOR PÚBLICO, 2002-2011							
	2002	...	2007	2008	2009	2010	2011
<u>(% do PIB)</u>							
Nominal	4,45		2,80	2,04	3,28	2,48	2,61
União	0,69		2,25	0,84	3,38	1,22	2,10
Fiscal e Seguridade Social ⁽¹⁾	0,68		2,24	0,82	3,31	1,21	2,11
Estatais Federais	0,01		0,01	0,02	0,06	0,01	-0,01
Governos Regionais	3,76		0,55	1,20	(0,10)	1,26	0,50
Juros nominais	7,66		6,11	5,46	5,28	5,18	5,71
União	2,94		4,42	3,18	4,64	3,30	4,36
Fiscal e Seguridade Social ⁽¹⁾	2,84		4,47	3,17	4,62	3,30	4,36
Estatais Federais	0,11		(0,05)	0,00	0,01	(0,01)	0,01
Governos Regionais	4,72		1,68	2,28	0,64	1,89	1,35
Primário	(3,22)		(3,31)	(3,42)	(2,00)	(2,70)	(3,11)
União	(2,26)		(2,17)	(2,34)	(1,26)	(2,07)	(2,26)
Fiscal e Seguridade Social ⁽¹⁾	(2,16)		(2,23)	(2,35)	(1,31)	(2,09)	(2,25)
Sendo: INSS	1,15		1,69	1,19	1,32	1,14	0,86
Estatais Federais	(0,10)		0,06	0,01	0,05	0,02	(0,01)
Governos Regionais	(0,96)		(1,14)	(1,08)	(0,74)	(0,63)	(0,85)
<u>(R\$ Milhões))</u>							
Primário	(47.524,5)		(88.078,0)	(103.583,6)	(64.768,8)	(101.696,0)	(128.710,5)
União	(33.372,9)		(57.818,9)	(70.890,0)	(40.833,8)	(78.099,7)	(93.614,6)
Fiscal e Seguridade Social ⁽¹⁾	(31.919,1)		(59.438,7)	(71.307,9)	(42.443,2)	(78.723,3)	(93.035,5)
Sendo: INSS	16.997,5		44.881,7	36.206,7	42.867,9	42.890,0	35.546,3
Estatais Federais	(1.453,8)		1.619,9	418,0	1.609,4	623,6	(579,1)
Governos Regionais	(14.151,6)		(30.259,1)	(32.693,7)	(23.935,0)	(23.596,4)	(35.095,9)
<u>Memorando:</u>							
PIB a preços correntes	1.477.822		2 661 344	3 032 203	3 239 404	3.770.085	4.143.013

Fonte: Banco Central do Brasil; IBGE. Elaboração dos autores.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

DÍVIDA DO SETOR PÚBLICO, DEZEMBRO DE 2002-2011

	2002	...	2007	2008	2009	2010	2011
<u>(% do PIB)</u>							
Dívida Bruta do Governo Geral ⁽¹⁾	62,7		58,0	57,4	62,0	53,4	54,2
Dívida Líquida do Setor Público ⁽²⁾	60,4		45,5	38,5	42,8	39,1	36,4
Dívida Interna Líquida	44,7		53,0	49,5	51,1	48,7	49,4
União (inclui Estatais Federais)	24,2		38,4	35,5	38,2	36,6	38,0
Governos Regionais	20,5		14,6	14,0	12,9	12,1	11,4
Dívida Externa Líquida	15,7		(7,5)	(11,0)	(9,2)	(9,5)	(13,0)
Governo Federal e Banco Central	37,9		30,7	24,0	29,3	26,6	24,4
Governos Regionais	22,6		15,2	14,8	13,7	12,8	12,2
Empresas Estatais Federais	(0,2)		(0,4)	(0,3)	(0,2)	(0,2)	(0,2)
<u>Memorando:</u>							
<u>Tesouro Nacional</u>							
Dívida Mobiliária do Tesouro Nacional ⁽³⁾	36,1		45,1	41,1	43,4	42,2	42,7
Títulos Livres na Carteira do Bacen	13,9		6,4	5,6	5,7	11,0	9,9
Crédito para Instituição Financeira Oficial ⁽⁴⁾	(0,8)		(0,5)	(1,4)	(4,5)	(6,8)	(7,7)
Equalização Cambial ⁽⁵⁾	-		-	(5,7)	1,6	1,3	0,3
<u>Banco Central do Brasil</u>							
Operações Compromissadas	5,2		7,0	10,7	14,3	7,7	8,3
Base Monetária	5,0		5,5	4,9	5,2	5,5	5,2
Dívida Externa Líquida ⁽⁶⁾	(4,0)		(12,0)	(15,9)	(12,8)	(12,6)	(15,7)
<u>(R\$ Bilhões)</u>							
Dívida Líquida do Setor Público	892,3		1.211,8	1.168,2	1.362,7	1.475,8	1.508,5
Dívida Mobiliária do Tesouro Nacional ⁽³⁾	532,9		1.199,2	1.245,0	1.381,8	1.590,7	1.769,3
Operações Compromissadas	77,1		187,4	325,2	454,7	288,7	341,9
Crédito para Instituição Financeira Oficial ⁽⁴⁾	(11,8)		(14,1)	(43,1)	(144,8)	(256,6)	(319,1)
Produto Interno Bruto ⁽⁷⁾	1.477,8		2.661,3	3.032,2	3.239,4	3.770,1	4.143,0
Fonte: Banco Central do Brasil; IBGE. Elaboração dos autores.							
⁽¹⁾ Exclui Banco Central e empresas estatais. Exclui dívida mobiliária na carteira do Bacen e inclui operações compromissadas do Bacen.							
⁽²⁾ Inclui Banco Central e empresas estatais. Inclui títulos livres na carteira do Bacen.							
⁽³⁾ Posição de carteira. A soma deste item com o valor registrado em "Dívida securitizadas e TDA" corresponde ao total da DPMFi no critério utilizado pelo Demab do Bacen.							
⁽⁴⁾ Soma instrumentos híbridos de capital e dívida e outros créditos concedidos ao BNDES.							
⁽⁵⁾ Equalização do resultado financeiro das operações com reservas cambiais e das operações com derivativos cambiais, realizadas pelo Banco Central (MP nº 435).							
⁽⁶⁾ Inclui as reservas internacionais.							
⁽⁷⁾ PIB acumulado no ano em valores correntes.							



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

COMPONENTES DO "ESFORÇO FISCAL" DO EXECUTIVO, 2011								
(R\$ Milhões)								
Agregados	Variações							
	Decreto 7.445	4 ^a Aval	5 ^a Aval	Realizado	Realizado em relação a			Realizado
	em relação ao Autógrafo				Decreto 7.445	4 ^a Aval	5 ^a Aval	em relação a 2010 ⁽¹⁾
1. Receita Primária	(19.092,2)	6.974,6	21.972,7	563,1	19.655,3	(6.411,5)	(21.409,6)	144.790,6
2. Transferências a Estados e Municípios	(1.005,1)	424,7	236,7	(2.291,1)	(1.286,0)	(2.715,8)	(2.527,8)	29.863,7
3. Receita Líquida (1 - 2)	(18.087,1)	6.550,0	21.736,0	2.854,3	20.941,4	(3.695,7)	(18.881,8)	114.926,8
4. Meta de Resultado Primário	32.000,0	42.000,0	42.000,0	42.136,9	10.136,9	136,9	136,9	46.412,0
5. Subtotal Recursos (3 - 4)	(50.087,1)	(35.450,0)	(20.264,0)	(39.282,7)	10.804,4	(3.832,6)	(19.018,7)	68.514,9
6. Déficit do RGPS					-	-	-	-
6. Créditos Extraordinários	3.500,0	5.316,3	5.316,3	-	(3.500,0)	(5.316,3)	(5.316,3)	...
7. Subtotal Redução Outras Despesas (- 5 + 6)	53.587,1	40.766,4	25.580,3	39.282,7	(14.304,4)	(1.483,7)	13.702,4	68.514,9
8. Despesas Obrigatorias	(15.762,6)	(2.941,7)	281,3	(3.568,5)	12.194,1	(626,8)	(3.849,9)	54.118,9
8.A Pessoal	(3.500,0)	(3.037,5)	(3.866,8)	(1.562,7)	1.937,3	1.474,7	2.304,1	14.954,9
8.B Benefícios Previdenciários	(2.000,0)	3.999,1	5.024,4	3.033,3	5.033,3	(965,8)	(1.991,1)	26.579,7
8.C Subsídios e Subvenções	(8.922,4)	(8.922,3)	(8.422,3)	(8.547,1)	375,3	375,2	(124,8)	1.975,0
8.D Benefícios Assistenciais Vinculados ao Mínimo	(3.000,0)	2.040,8	5.222,7	3.802,2	6.802,2	1.761,4	(1.420,5)	7.035,3
8.E Demais	1.659,8	2.978,2	2.323,4	(294,2)	(1.954,0)	(3.272,4)	(2.617,7)	3.573,9
9. Despesas Discricionárias (7 - 8)	(37.824,5)	(37.824,6)	(25.861,7)	(35.714,1)	2.110,4	2.110,5	(9.852,5)	14.396,0
9.A Votos	(1.623,0)	(1.623,0)	(1.623,0)	(1.623,0)	-	-	-	-
9.B Limitação, todos os Poderes	(36.201,5)	(36.201,6)	(24.238,7)	(34.091,1)	2.110,4	2.110,5	(9.852,5)	...
<u>Memória</u>								
10. Redução Total de Despesas (9 + 8 + 6)	(50.087,1)	(35.450,0)	(20.264,0)	(39.282,7)	10.804,4	(3.832,6)	(19.018,7)	68.514,9
11. Discrepância estatística	(1.622,1)

Fonte: Avaliações e decreto citado; autógrafo e lei orçamentária; SOF/MP. Elaboração dos autores.

⁽¹⁾ Exclui em 2010 operação com a Petrobras.

DESPESAS PRIMÁRIAS DISCRICIONÁRIAS DO PODER EXECUTIVO, 2008-2011										
Valores Pagos ⁽¹⁾										
		2008		2009		2010		Autorizado (Lei)	2011	
		R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB		R\$ Milhões	% PIB
Investimentos do Executivo ⁽²⁾	25.254,8	0,83	31.703,2	0,98	44.081,1	1,17	67.965,3	42.949,6	1,04	63,2
PAC	7.643,7	0,25	15.869,0	0,49	19.942,3	0,53	26.722,0	19.967,3	0,48	74,7
Saúde /EC 29	1.333,4	0,04	1.775,6	0,05	2.331,2	0,06	5.797,4	2.550,9	0,06	44,0
Demais	16.277,7	0,54	14.058,5	0,43	21.807,7	0,58	35.445,9	20.431,4	0,49	57,6
Custeio do Executivo	87.606,4	2,89	100.311,8	3,10	117.838,9	3,13	157.196,3	133.288,7	3,22	84,8
Bolsa Família	10.472,9	0,35	11.734,3	0,36	13.567,0	0,36	17.037,8	16.967,5	0,41	99,6
PAC	193,6	0,01	2.065,7	0,06	2.139,7	0,06	13.717,6	8.055,2	0,19	58,7
d/q Programa Minha Casa Vida	1.571,9	0,05	1.072,7	0,03	12.915,7	7.606,6	0,18	58,9
Ações e Serviços de Saúde /EC 29	39.243,4	1,29	45.324,4	1,40	52.277,8	1,39	60.329,0	58.306,4	1,41	96,6
Demais	37.696,6	1,24	41.187,4	1,27	49.854,4	1,32	66.111,9	49.959,6	1,21	75,6
<u>Memo:</u>										
PAC total	7.837,3	0,26	17.934,8	0,55	22.082,0	0,59	40.439,7	28.022,5	0,68	69,3
Saúde /EC 29 (c/ pessoal)	46.229,7	1,52	53.803,4	1,66	61.990,4	1,64	74.653,4	69.066,8	1,67	92,5
Saúde /EC 29 (s/ pessoal)	40.576,8	1,34	47.100,0	1,45	54.609,0	1,45	66.126,4	60.857,3	1,47	92,0
Investimentos de Outros Poderes ⁽³⁾	2.793,9	0,09	1.490,5	0,05	2.329,2	0,06	3.974,7	2.622,6	0,06	66,0

Fonte: SIAFI.

⁽¹⁾ Inclui restos a pagar.

⁽²⁾ Diferem de dados divulgados pela STN porque não sofreram qualquer ajuste.

⁽³⁾ Inclui investimentos de natureza obrigatória do Poder Executivo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

PARÂMETROS E INDICADORES MACROECONÔMICOS, 2011 ⁽¹⁾														
Valores Estimados e Realizados														
Parâmetros	Lei 2011	Fevereiro		Março		Maio		Julho		Setembro		Novembro		Real 2011
		Progr D 7.445	Focus 25/2	1ª Aval D 7.477	2ª Aval D 7.534	3ª Aval D 7.558	4ª Aval D 7.575	Focus 16/9	5ª Aval D 7.622	Focus 11/11	Real 2011			
Variação real do PIB (%)	5,50	5,00	4,30	5,00	4,50	4,50	4,50	3,52	3,80	3,16	2,73			
PIB (R\$ bilhões)	3.927,1	4.056,0	...	4.056,0	4.091,4	4.109,4	4.109,9	...	4.086,6	...	4.143,0			
IPCA acum (%)	4,50	5,00	5,80	5,00	5,70	5,80	5,80	6,46	6,40	6,48	6,50			
IGP-DI acum (%)	4,50	5,50	6,66	6,28	7,01	6,14	6,14	5,76	5,87	5,73	5,00			
INPC acum (%)	4,50	5,21	5,90	5,21	5,70	5,70	5,70	6,24	...	6,12	6,08			
Massa salarial (%)	9,59	10,44	...	10,96	11,71	13,36	13,36	...	15,37	...	15,40			
Taxa Selic média (% a.a.)	10,71	10,71	12,22	11,58	11,74	11,87	11,79	11,78	11,69	11,78	11,67			
Taxa Selic-fim de período (% a.a.)	10,75	...	12,5	11	...	11	11,62			
Câmbio médio (R\$/US\$)	1,75	1,72	1,70	1,70	1,61	1,61	1,61	1,62	1,67	1,66	1,67			
Câmbio fim (R\$/US\$)	1,86	1,75	1,70	1,72	1,62	1,60	1,60	1,65	1,75	1,75	1,88			
Petróleo-preço médio (US\$)	84,63	88,49	...	98,34	103,31	112,52	112,52	...	113,04	...	112,52			
Importações ⁽²⁾ em US\$ (%)	3,55	2,63	...	4,85	14,15	25,90	25,90	...	21,50	...	21,54			

Fonte: Relatórios de avaliações e decretos citados; Relatórios de cumprimento de metas quadrimestrais; SOF/MPOG; STN/MF.

⁽¹⁾ '%' representa variação em relação ao ano anterior, a menos que indicado de outra forma.

⁽²⁾ Exclui petróleo e derivados combustíveis.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL														
Receitas Primárias, 2008-2011														
Discriminação	2008		2009		2010 sem Petrobras		2011							
	Realizado			Lei		Decreto 7.445/11	Avaliação 1º Bimestre (Dec 7.477)	Avaliação 2º Bimestre (Dec 7.534)	Avaliação 3º Bimestre (Dec 7.558)	Avaliação 4º Bimestre (Dec 7.575)	Avaliação 5º Bimestre (Dec 7.622)	Realizado		
	% do PIB		R\$ Milhões		% PIB		R\$ Milhões					R\$ Milhões	% PIB	
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019		
RECEITA TOTAL	23,66	22,86	846.247,3	22,45	990.474,8	25,22	971.382,5	970.177,3	969.712,8	972.436,0	997.449,4	1.012.447,5	991.037,9	23,92
Receita Administrada pela RFB	15,38	14,08	531.107,4	14,09	641.957,5	16,35	619.663,2	619.151,5	619.423,5	626.086,5	637.505,5	638.351,0	628.621,1	15,17
Imposto de Importação	0,57	0,49	21.093,3	0,56	23.130,9	0,59	22.722,6	23.076,0	23.955,8	25.888,3	26.062,3	25.891,1	26.680,7	0,64
IPI	1,23	0,87	37.553,8	1,00	49.241,4	1,25	45.353,3	44.971,9	45.125,4	43.429,0	43.623,3	43.507,5	41.471,4	1,00
Imposto de Renda	5,91	5,52	194.573,8	5,16	242.902,1	6,19	239.735,5	238.564,9	237.246,3	236.683,9	238.351,0	238.117,2	235.525,9	5,68
IOF	0,67	0,60	26.576,1	0,70	31.950,7	0,81	31.428,8	31.391,0	33.131,5	32.769,9	32.760,3	32.484,5	31.943,4	0,77
COFINS	4,02	3,67	141.232,3	3,75	157.967,7	4,02	159.210,4	160.040,1	160.912,1	160.547,6	161.506,3	162.153,8	160.988,4	3,89
PIS/PASEP	1,04	0,98	40.794,4	1,08	41.094,7	1,05	41.867,6	42.156,2	42.386,2	42.353,1	42.816,2	42.846,0	42.102,1	1,02
CSLL	1,47	1,39	46.370,3	1,23	62.061,3	1,58	55.875,6	55.560,7	53.261,1	53.322,1	60.065,2	62.267,6	58.961,6	1,42
CPMF	0,04	0,00	23,6	0,00	-	-	5,1	15,3	35,4	46,6	68,8	78,2	76,3	0,00
CIDE-Combustíveis	0,20	0,15	7.759,1	0,21	8.636,1	0,22	8.412,9	8.645,4	8.742,2	9.322,9	9.537,0	9.227,5	8.963,5	0,22
Outras Administradas pela SRF	0,23	0,41	15.130,6	0,40	24.972,4	0,64	15.051,6	14.730,0	14.627,5	21.723,1	22.714,9	21.777,6	21.907,8	0,53
Contribuição dos Servidores ao PSSS	0,22	0,23	8.573,9	0,23	9.736,6	0,25	9.550,6	9.550,6	9.550,6	9.550,6	9.466,9	9.466,9	9.291,6	0,22
Arrecadação Líquida do INSS	5,39	5,62	211.968,4	5,62	240.055,4	6,11	240.055,4	240.055,4	240.055,4	240.055,4	245.584,6	248.783,1	245.891,9	5,94
Receitas Não Administradas	2,68	2,93	94.597,6	2,51	95.725,3	2,44	99.113,3	98.419,7	97.683,2	93.743,4	101.892,5	112.846,5	107.233,2	2,59
Concessões	0,20	0,10	1.158,4	0,03	2.383,6	0,06	2.383,6	2.383,6	2.383,6	2.383,6	2.383,6	2.383,6	5.883,6	0,10
Dividendos	0,44	0,82	22.414,5	0,59	17.563,9	0,45	18.811,0	18.233,8	18.233,8	15.169,5	17.169,5	21.869,5	19.962,4	0,48
Salário-Educação	0,29	0,30	11.049,2	0,29	11.904,2	0,30	11.904,2	11.904,2	11.904,2	11.904,2	13.024,8	13.624,8	13.115,5	0,32
Royalties /Comp. Financeiras	0,83	0,60	24.420,7	0,65	27.365,5	0,70	27.365,5	27.365,5	27.365,5	27.365,5	29.048,6	29.680,0	29.585,6	0,71
Demais Receitas	0,52	0,70	20.343,5	0,54	21.377,7	0,54	22.518,6	22.402,1	21.665,6	21.605,2	23.343,8	24.345,2	23.213,5	0,56
Receita Própria (fts 50, 81 & 82)	0,34	0,34	12.687,9	0,34	12.291,4	0,31	13.291,5	13.291,5	13.291,5	12.476,4	14.083,1	14.604,5	14.650,6	0,35
FGTS	0,06	0,08	2.523,5	0,07	2.839,0	0,07	2.839,0	2.839,0	2.839,0	2.839,0	2.839,0	2.839,0	2.767,5	0,07
Operações com Ativos	-	-	-	-	3.000,0	0,08	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	-	-
TRANSFERÊNCIAS ESTADOS MUNICÍPIOS	4,20	3,70	133.176,9	3,53	165.331,7	4,21	164.326,6	163.648,4	163.101,9	161.957,2	165.756,4	165.568,4	163.040,6	3,94
FPE/FPM/IPI-EE	3,36	3,01	105.744,4	2,80	134.996,8	3,44	134.351,2	133.616,7	133.111,0	131.939,9	132.797,0	132.544,2	130.171,8	3,14
Fundos Regionais	0,09	0,09	3.068,5	0,08	3.598,0	0,09	3.371,2	3.371,2	3.305,4	3.282,5	3.769,2	3.761,3	3.786,2	0,09
Salário Educação	0,17	0,18	6.553,7	0,17	7.142,5	0,18	7.019,7	7.019,7	7.019,7	7.019,7	7.923,6	7.923,6	7.770,7	0,19
Compensações Financeiras	0,52	0,38	15.480,9	0,41	17.293,7	0,44	17.278,4	17.278,4	17.278,4	17.278,4	18.495,7	18.523,2	18.594,3	0,45
Cide-combustíveis	0,05	0,03	1.775,7	0,05	1.968,3	0,05	1.943,9	1.997,8	2.020,3	2.069,9	2.138,4	2.109,7	2.109,7	0,05
Demais	0,01	0,01	553,7	0,01	332,4	0,01	362,3	364,7	367,2	366,9	632,5	706,4	607,8	0,01
RECEITA LÍQUIDA	19,46	19,16	713.070,4	18,91	825.143,0	21,01	807.055,9	806.528,9	806.610,9	810.478,7	831.693,0	846.879,0	827.997,3	19,99
Memorando:														
Produto Interno Bruto (R\$ Bilhões)	3.032,2	3.239,4		3.770,1		3.927,1	-	-	-	-	-	-	4.143,0	

Fonte: Secretaria de Orçamento Federal; IBGE; Banco Central do Brasil; Avaliações e Decretos citados. Elaboração dos autores.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Despesas e Resultados Primários, 2008-2011

Discriminação	Realizado	2008		2009		2010 sem Petrobras		2011						
		Lei	Decreto 7.445/11	Avaliação 1º Bimestre (Dec 7.477)	Avaliação 2º Bimestre (Dec 7.534)	Avaliação 3º Bimestre (Dec 7.558)	Avaliação 4º Bimestre (Dec 7.575)	Avaliação 5º Bimestre (Dec 7.622)	Realizado					
		% do PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões	% PIB	R\$ Milhões			% PIB				
TOTAL DAS DESPESAS	17,10	17,95	665.983,9	17,66	773.759,4	19,70	725.295,9	724.768,9	724.850,9	728.718,8	739.933,0	755.119,0	734.477,6	17,73
Pessoal e Encargos Sociais	4,37	4,74	166.486,4	4,42	183.004,1	4,66	179.504,1	179.504,1	179.504,1	179.504,1	179.966,6	179.137,2	181.441,4	4,38
Benefícios da Previdência	6,58	6,94	254.858,6	6,76	278.404,9	7,09	276.405,0	276.405,0	276.405,0	276.905,0	282.404,0	283.429,3	281.438,2	6,79
Demais Desp Vinculadas ao Salário Mínimo	1,20	1,42	52.042,9	1,38	55.276,0	1,41	52.276,0	52.276,0	52.276,0	52.276,0	57.316,8	60.764,0	59.078,2	1,43
Abono e Seguro Desemprego	0,67	0,83	29.808,7	0,79	30.090,2	0,77	27.090,2	27.090,2	27.090,2	27.090,2	32.088,6	35.312,9	34.173,4	0,82
LOAS	0,46	0,53	20.379,8	0,54	23.436,2	0,60	23.436,2	23.436,2	23.436,2	23.436,2	25.228,2	25.451,1	24.904,8	0,60
Renda Mensal Vitalícia - RMV	0,06	0,06	1.854,5	0,05	1.749,7	0,04	1.749,7	1.749,7	1.749,7	1.749,7	-	-	-	-
Compensação Estados Exportadores ICMS	0,17	0,12	3.900,0	0,10	3.900,0	0,10	3.900,0	3.900,0	3.900,0	3.900,0	3.900,0	3.900,0	3.900,0	0,09
Outras Despesas Obrigatorias	0,40	0,49	19.798,9	0,53	33.227,5	0,85	25.965,0	25.965,0	25.965,0	27.551,8	27.611,4	26.916,8	25.379,6	0,61
Subsídios, Subvenções e Proagro	0,13	0,08	4.742,3	0,13	15.264,5	0,39	6.342,1	6.342,1	6.342,1	6.342,1	6.342,1	6.842,1	6.717,4	0,16
Sentenças Judiciais - demais	0,05	0,06	2.461,5	0,07	2.886,9	0,07	2.886,9	2.886,9	2.886,9	2.886,9	2.886,9	2.332,5	2.607,4	0,07
Fundef/Fundeb - Complementação	0,10	0,16	5.353,3	0,14	8.917,5	0,23	8.917,5	8.917,5	8.917,5	10.410,6	10.410,6	9.328,8	9.328,9	0,23
FDA/FDNE/SUDAM/SUDENE	0,01	0,01	1.634,1	0,04	-	-	1.500,0	1.500,0	1.500,0	1.500,0	1.500,0	1.100,0	898,8	0,02
Fundo Constitucional do DF	0,02	0,02	545,2	0,01	806,4	0,02	806,4	806,4	806,4	806,4	806,4	744,0	679,6	0,02
Reserva de Contingência	-	-	-	-	125,5	0,00	125,5	125,5	125,5	125,5	125,5	125,5	125,5	-
Fabricação de Cédulas e Moedas	0,02	0,03	819,9	0,02	1.050,1	0,03	1.050,1	1.050,1	1.050,1	1.050,1	1.050,1	1.050,1	935,1	0,02
FGTS	0,06	0,08	2.523,5	0,07	2.839,0	0,07	2.839,0	2.839,0	2.839,0	2.839,0	2.839,0	2.839,0	2.767,5	0,07
Transf. Agência Nacional de Aguas - ANA	0,00	0,00	31,7	0,00	60,1	0,00	219,9	219,9	219,9	220,4	220,4	234,5	161,5	0,00
Anistiados	0,00	0,00	166,0	0,00	195,0	0,00	195,0	195,0	195,0	195,0	195,0	195,0	192,0	0,00
Benefícios de Legislação Especial	-	0,00	204,7	0,01	359,2	0,01	359,2	359,2	359,2	359,2	359,2	359,2	359,2	0,01
Apoio Financeiro aos Municípios	-	0,06	1.316,6	0,03	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ressarcimento Est Mun - combustíveis fósseis	-	-	-	-	116,6	0,00	116,6	116,6	116,6	116,6	116,6	55,0	31,3	0,00
Capitalização da Petrobrás pela União	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Legislativo/Judiciário/MPU	0,19	0,17	6.664,8	0,18	7.995,4	0,20	7.995,4	7.468,3	7.476,3	7.507,4	7.667,4	7.941,9	7.001,9	0,17
Subtotal das Despesas Obrigatorias	12,91	13,87	503.751,6	13,36	561.807,9	14,31	546.045,4	545.518,3	545.526,4	547.644,3	558.866,2	562.089,2	558.239,3	13,47
Discricionárias - Executivo	3,73	4,08	162.232,3	4,30	211.951,5	5,40	179.250,5	179.250,5	179.324,5	181.074,5	181.066,8	193.029,8	176.238,3	4,25
Outras Discricionárias '''	3,47	3,53	140.150,3	3,72	179.951,5	4,58	175.750,5	175.750,5	175.750,5	175.750,5	175.750,5	187.713,5	143.179,0	3,46
Créditos Extraordinários	-	-	-	-	-	-	3.500,0	3.500,0	3.574,0	5.324,0	5.316,3	5.316,3	5.036,8	0,12
Programa de Aceleração do Crescimento	0,26	0,55	22.082,0	0,59	32.000,0	0,81	-	-	-	-	-	-	28.022,5	0,68
Fundo Soberano do Brasil	0,47	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	(0,04)	0,06	(1.600,9)	(0,04)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.622,1)	(0,04)
PRIMÁRIO FISCAL E SEGURIDADE SOCIAL														
Resultado com PPI/PAC	2,31	1,27	45.485,6	1,21	51.383,6	1,31	81.760,0	81.760,0	81.760,0	81.760,0	91.760,0	91.760,0	91.897,6	2,22
Resultado sem PPI/PAC	2,57	1,82	67.567,6	1,79	83.383,6	2,12	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Primário das Estatais Federais	0,12	(0,02)	734,3	0,02	-	-	-	-	-	-	-	-	1.717,0	0,04
Resultado Primário da União	2,43	1,25	46.219,9	1,23	83.383,6	2,12	81.760,0	81.760,0	81.760,0	81.760,0	91.760,0	91.760,0	93.614,5	2,26
Memorando														
Déficit da Previdência	(1,19)	(1,32)	(42.890,2)	(1,14)	(38.349,5)	(0,98)	(36.349,5)	(36.349,5)	(36.349,5)	(36.849,5)	(36.819,4)	(34.646,2)	(35.546,3)	(0,86)

Fonte: Secretaria de Orçamento Federal; IBGE; Banco Central do Brasil; Avaliações e Decretos citados. Elaboração dos autores.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

EVOLUÇÃO DE RESULTADOS E METAS PRIMÁRIAS DO SETOR PÚBLICO, 2009-2011

Discriminação	Realizado			Metas																				
				2011																				
	2008			2009			2010			LDO ⁽¹⁾		Orçamento		Decreto 7.445		4 ^a Avaliação (Dec 7.575)		5 ^a Avaliação (Dec. 7.622)		Realizado				
	% PIB			R\$ Milhões		% PIB		R\$ Milhões		% PIB		R\$ Milhões		% PIB		R\$ Milhões		% PIB		R\$ Milhões		% PIB		
Setor Público	3,42	2,00	2,70	117.890,0	3,10	117.890,0	3,00	117.890,0	2,91	127.890,0	3,11	127.890,0	3,13	128.710,5	3,11									
Governo Federal	2,34	1,26	2,07	81.760,0	2,15	83.383,6	2,12	81.760,0	2,02	91.760,0	2,23	91.760,0	2,25	93.614,6	2,26									
Governo Central	2,35	1,31	2,09	81.760,0	2,15	83.383,6	2,12	81.760,0	2,02	91.760,0	2,23	91.760,0	2,25	93.035,5	2,25									
Estatais Federais	(0,01)	(0,05)	(0,02)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	579,1	0,01								
Governos Regionais	1,08	0,74	0,63	36.130,0	0,95	34.506,4	0,88	36.130,0	0,89	36.130,0	0,88	36.130,0	0,88	35.095,9	0,85									
<u>Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social ⁽²⁾</u>																								
Receita	23,66	22,86	24,43	936.472,6	24,63	990.474,8	25,22	971.382,5	23,95	997.449,4	24,27	1.012.447,5	24,77	991.037,9	23,92									
Despesa ⁽³⁾	21,35	21,60	22,38	886.712,6	23,32	939.091,1	23,91	889.622,5	21,93	905.689,4	22,04	920.687,5	22,53	899.140,3	21,70									
Resultado	2,31	1,27	2,05	49.760,0	1,31	51.383,6	1,31	81.760,0	2,02	91.760,0	2,23	91.760,0	2,25	91.897,6	2,22									
PAC ⁽⁴⁾	0,26	0,55	0,59	32.000,0	0,84	32.000,0	0,81	28.022,5	0,68								
Resultado II ⁽⁵⁾	2,57	1,82	2,64	81.760,0	2,15	83.383,6	2,12	81.760,0	2,02	91.760,0	2,23	91.760,0	2,25	119.920,1	2,89									
<u>Memorando</u>																								
Recebíveis de Itaipu	0,04	0,04	0,04	1.137,9	0,03								
PIB (%)	5,16	(0,33)	7,53	5,50		5,50		5,00		4,50		3,80		2,73										

Fonte: Banco Central do Brasil; IBGE; LDO e Orçamento de 2011; Parecer da Receita; Avaliações e decretos citados; SPE/MF e e SOF/MP . Elaboração das Consultorias.

⁽¹⁾ Com alterações da Lei 12.377, de 30 de dezembro de 2010.

⁽²⁾ Inclui no resultado das estatais os recebíveis de Itaipu, conforme relatórios de cumprimento de metas do Tesouro.

⁽³⁾ Inclui como despesas as transferências a estados e municípios e discrepância estatística.

⁽⁴⁾ Até 2009, PPI.

⁽⁵⁾ Retira da meta/realizado as despesas atribuídas ao PAC.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL (DPF) DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL EM MERCADO, 2010-2011

Variações em Relação ao Ano Anterior			
Fatores de Variação	R\$	Milhões	% do Estoque Inicial
ESTOQUE EM 31/DEZ/10	1.711.941,4		
<i>DPMFi</i>	1.620.363,3		
<i>DPFe</i>	91.578,1		
ESTOQUE EM 31/DEZ/11	1.885.917,0		
<i>DPMFi</i>	1.801.069,2		
<i>DPFe</i>	84.847,8		
Variação Nominal	173.975,6		10,16
<i>DPMFi</i>	180.705,9		10,56
<i>DPFe</i>	(6.730,3)		(0,39)
I - Gestão da Dívida - TN (I.1 + I.2)	173.975,6		10,16
I.1 - Emissão/Resgate Líquido	(38.135,7)		(2,23)
I.1.1 - Emissões	436.259,6		25,48
<i>DPMFi</i>	431.573,9		25,21
Oferta Pública ⁽¹⁾	371.424,6		21,70
Diretas ⁽²⁾	60.149,3		3,51
<i>DPFe</i> ⁽³⁾	4.685,7		0,27
I.1.2 - Resgates	(474.395,3)		(27,71)
<i>DPMFi</i>	(448.621,4)		(26,21)
Pagamentos Correntes ⁽⁴⁾	(448.621,4)		(26,21)
<i>DPFe</i>	(25.773,9)		(1,51)
Pagamentos Correntes ⁽⁵⁾	(22.096,8)		(1,29)
Resgates Antecipados ⁽²⁾	(3.677,1)		(0,21)
I.2 - Juros Nominais (apropriação por competência)	212.111,2		12,39
<i>DPMFi</i> ⁽⁷⁾	197.753,4		11,55
<i>DPFe</i>	14.357,8		0,84
Juros ⁽⁸⁾	6.023,0		0,35
Variação Cambial ⁽⁹⁾	8.334,8		0,49

Fonte: Relatório, Secretaria do Tesouro Nacional STN/MF. Elaboração dos autores.

⁽¹⁾ Emissões de títulos de DPMFi que ocorrem principalmente por meio de leilões ou por meio do Programa Tesouro Direto, excluindo títulos da Dívida Securitizada e TDA. Não incluem as operações de troca/permute de títulos nem os cancelamentos ocorridos no quadrimestre.

⁽²⁾ Referem-se às emissões para fins específicos autorizados em lei (e.g. permuta de títulos com bancos e concessões de crédito ao BNDES), às emissões sem contrapartida financeira para atender aos Programas de Reforma Agrária (TDA), Proex, FIES e FCVS e aos cancelamentos de títulos, exceto os recebidos em leilões de troca.

⁽³⁾ Referem-se às emissões de bônus no mercado externo e aos ingressos de recursos relativos aos contratos com organismos multilaterais, bancos privados e agências de crédito. Pagamentos de amortizações e juros da DPMFi.

⁽⁴⁾ Pagamentos de amortizações e juros da DPMFi.

⁽⁵⁾ Pagamentos de amortizações e juros da DPFe mobiliária e contratual.

⁽⁶⁾ Cancelamentos de títulos e Programa de Recompra da Dívida Pública Federal Externa - DPFe.

⁽⁷⁾ Contempla a atualização monetária do principal e a apropriação de juros reais da DPMFi.

⁽⁸⁾ Saldo dos juros apropriados por competência no período.

⁽⁹⁾ Demonstra o efeito da apreciação/depreciação do dólar e demais moedas subjacentes à DPFe em relação ao real.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira

RESULTADOS DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL - DPF, 2010-2011

Indicadores	Dez/10	PAF-2011		Dez/11
		Mínimo	Máximo	
Estoque em Mercado (R\$ bilhões)	1.694,0	1.800,0	1.930,0	1.866,4 ⁽¹⁾
Prazo Médio de Vencimento (anos)	3,5	3,5	3,7	3,6
% Vencendo em 12 meses	23,9	21,0	25,0	21,9
Composição do Estoque por Tipo de Remuneração (%)				
Prefixados	36,6	36,0	40,0	37,2
Índice de Preços	26,6	26,0	29,0	28,3
Taxa Flutuante	31,6	28,0	33,0	30,1
Câmbio	5,1	4,0	6,0	4,4

Cumprimento das Metas Fiscais. Exercício de 2011 - STN; Relatório Mensal da Dívida Pública Federal - Dezembro 2011/STN.

⁽¹⁾ Valor constante do Relatório Mensal da Dívida Pública Federal - Dezembro/11. No Relatório de avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício de 2011 constam R\$ 1.885,9 bilhões. Demais indicadores de Dez/11 referem-se ao valor da tabela.

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL, 2007 a 2012

(R\$ Milhões)

Exercício	Lei + Créditos (I)	RP Inscrito de Exerc Anteriores (II)	Executável (I)+(II) ⁽²⁾	Pago ⁽¹⁾				Total	% do PIB		
				Do Exercício		De Exercícios Anteriores					
				Valor	%	Valor	%				
Investimentos e Inversões Financeiras ⁽²⁾											
2007	45.222,1	16.911,6	62.133,7	11.034,5	24,4	10.705,8	63,3	21.740,3	0,82		
2008	50.645,3	31.580,1	82.225,4	10.433,9	20,6	17.614,9	55,8	28.048,7	0,93		
2009	60.854,0	40.374,8	101.228,8	15.558,0	25,6	17.635,7	43,7	33.193,7	1,02		
2010	74.424,7	52.321,9	126.329,1	22.735,4	30,5	23.674,9	45,2	46.410,3	1,23		
2011	71.940,0	59.255,7	131.195,8	18.910,0	26,3	26.662,1	45,0	45.572,2	1,10		
2012	84.111,6	58.628,3	142.739,9		
Programa de Aceleração do Crescimento ⁽³⁾											
2007	9.429,1	1.971,8	11.400,9	2.391,4	25,4	1.614,5	81,9	4.005,9	0,15		
2008	13.821,5	7.480,7	21.302,2	2.967,7	21,5	4.858,3	64,9	7.826,0	0,26		
2009	28.452,3	13.323,6	41.776,0	8.846,3	31,1	7.235,7	54,3	16.081,9	0,50		
2010	32.418,2	26.488,9	58.907,1	9.447,9	29,1	12.634,1	47,7	22.082,0	0,59		
2011	40.439,7	33.240,4	73.680,1	9.420,4	23,3	18.601,7	56,0	28.022,2	0,68		
2012	41.718,1	39.576,8	81.294,8		

Fonte: SIAFI; IBGE; Orçamento de 2012. Elaboração dos autores.

⁽¹⁾ Difere do divulgado no Relatório do Tesouro Nacional. Pelo menos nos últimos três anos o RTN teria superestimado o resultado em R\$ 3,4 bilhões, em função de inclusão de OBs do último dia do ano anterior e não exclusão concomitante das OBs do último dia do ano atual.

⁽²⁾ Obrigatórios e discricionários. Despesas primárias nos gnd 4 e 5, exceto o FSB.

⁽³⁾ Todos os grupos de natureza de despesas.